

Nota na íntegra da CRECI-SP:

Informamos que eventuais procedimentos administrativos instaurados no âmbito do CRECI-SP para apuração de fatos relacionados ao exercício da profissão de corretor de imóveis tramitam sob regime de confidencialidade, especialmente nas fases de instrução, em observância ao devido processo legal, ao contraditório, à ampla defesa e às disposições da legislação aplicável, inclusive no que se refere à proteção de dados e à preservação de direitos das partes envolvidas.

Por essa razão, não é possível ao Conselho comentar casos específicos, confirmar detalhes de processos em andamento ou divulgar elementos de investigação antes da conclusão dos procedimentos administrativos próprios.

De forma geral, cabe esclarecer que o CRECI-SP, no exercício de suas atribuições legais de fiscalização profissional, apura eventuais infrações ético-disciplinares relacionadas à atuação de corretores de imóveis e empresas imobiliárias regularmente inscritos, sempre que houver notícia de possível irregularidade no exercício da profissão.

Essas apurações observam critérios previstos na Lei nº 6.530/1978, no Decreto nº 81.871/1978 e no Código de Ética Profissional (Resolução COFECI nº 326/1992), os quais disciplinam as condutas esperadas dos profissionais e as hipóteses de infração.

Importa destacar que o CRECI-SP não possui competência para regular políticas públicas habitacionais, programas governamentais ou regras de comercialização de imóveis vinculados a programas de habitação, cabendo ao Conselho exclusivamente a fiscalização da conduta profissional dos corretores de imóveis eventualmente envolvidos em intermediações imobiliárias.

Quando são identificados indícios de infração disciplinar, podem ser instaurados procedimentos administrativos próprios, nos quais são analisados os fatos, asseguradas as manifestações das partes e, ao final, proferida decisão pelos órgãos julgadores competentes do Conselho.

Caso haja conclusão definitiva de processo administrativo com decisão pública, as informações poderão ser divulgadas nos termos da legislação aplicável.